

## RECURSO EXTRAORDINÁRIO 836.554 RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR** : MIN. TEORI ZAVASCKI  
**RECTE.(S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL  
**RECDO.(A/S)** : GELSON MARTINS PRESTES  
**PROC.(A/S)(ES)** : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL

**DECISÃO: 1.** Trata-se de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento a recurso do Ministério Público, para manter decisão que rejeitou a denúncia, por considerar inconstitucional o art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro.

**2.** Segundo consta da denúncia, o fato típico atribuído ao recorrente ocorreu em 19/12/2010. Dessa forma, sem nenhuma causa interruptiva ou suspensiva, operou-se a prescrição da pretensão punitiva estatal, uma vez que, entre a data do fato e a presente, transcorreu período superior a 4 anos, nos termos do art. 109, V, do Código Penal.

**3.** Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade do recorrido, em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (art. 107, IV, do Código Penal). Consequentemente, julgo prejudicado o recurso extraordinário.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro **TEORI ZAVASCKI**

Relator

*Documento assinado digitalmente*